

Atraso no Orçamento provocará déficit

Interrupção do trabalho no Congresso por três semanas ameaça governo com prejuízo e deixa vários projetos à espera de votação

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — A crise política que obrigou o governo a adiar o período de convocação extraordinária do Congresso do dia 18 para o dia 8 de janeiro vai provocar um déficit nas contas públicas de R\$ 740 milhões mensais até abril, na melhor das hipóteses. Tudo porque o Congresso não conseguiu aprovar em tempo o Orçamento-Geral da União para o ano que vem.

Não é só esse o prejuízo. Pela Constituição, a cobrança das contribuições financeiras só pode começar três meses depois de aprovadas. Deste modo, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) da saúde só poderá ser cobrada a partir de abril — se for aprovada pelo Congresso em janeiro.

O ministro da Saúde, Adib Jatene, previa conseguir no próximo ano R\$ 6 bilhões com o novo imposto dos cheques (R\$ 500 milhões por mês). A emenda constitucional que cria a CPMF já foi aprovada pelo Senado. Terá de passar por uma votação em comissão especial da Câmara e duas no plenário para poder entrar em vigor.

O relator-geral do Orçamento do ano que vem, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), lamentou o fato de o Congresso não ter aprovado a tempo o projeto. "O governo terá de pensar depressa em uma forma de compensar o déficit de pelo menos R\$ 740 milhões mensais", disse Ferreira. Ele queixou-se também de ter de continuar trabalhando no Orçamento no ano que vem. "Pensei que ficaria livre deste abacaxi."

O governo decidiu deixar a convocação do Congresso para o início da segunda semana de janeiro para amenizar a crise política provocada

CPMF SÓ PODERÁ SER COBRADA EM ABRIL

pelo escândalo do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a divulgação dos nomes de políticos que aparecem na pasta cor-de-rosa do Banco Econômico e a troca de acusações entre os partidos aliados, de assédio e cooptação de parlamentares.

O Congresso ainda tentou fazer uma sessão ontem, votando os últimos pedidos de crédito suplementar do governo, para a cobertura de rombos do Orçamento do ano que termina. Mas a falta de quórum estragou tudo. Pouco mais de 100 deputados e 30 senadores estavam presentes. Irritado,

o líder do PC do B, Aldo Rebelo (SP), pediu verificação de quórum para conferir os nomes dos faltosos. O líder do governo, Germano Rigotto (PMDB-RS), ainda tentou uma patética solução: a suspensão dos trabalhos por cinco minutos. Mas seus apelos não tinham amparo regimental e chamada foi feita.

Com a suspensão dos trabalhos do Congresso até o dia 8, assuntos importantes deixam de ser apreciados. Além do Orçamento da União, estes são os principais:

CPMF — O imposto dos cheques já passou pelo Senado, mas ainda depende de três votações na Câmara. Encontra tantos problemas entre os deputados que o ministro Adib Jatene mostra-se desanimado. A tendência até o momento é a sua rejeição. Para piorar a situação, o Orçamento não foi votado e a CPMF não pode ainda ser prevista na lei orçamentária.

Fundo de Estabilização Financeira



O plenário da Câmara ontem: falta de quórum impediu realização de última sessão antes da folga

NA FILA DE ESPERA

ra — A emenda que renova o Fundo Social de Emergência e muda seu nome ainda não foi votada pelo Senado, embora já tenha passado pela Câmara. Como a emenda constitucional prevê sua aplicação de forma retroativa, não terá problemas com o atraso na votação porque não cria novos impostos, mas retém parte da arrecadação.

Sivam — O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é um problema sem fim. A comissão especial que está examinando as irregularidades no projeto passa por momentos difíceis, porque quanto mais pessoas são ouvidas, mais os senadores se convencem de que é

preciso fazer uma nova concorrência para o Sivam. E isto o governo não quer, sob o argumento de que ficaria desmoralizado internacionalmente.

Previdência — Está caminhando devagar, mas firme. Quase todo o projeto final da comissão especial que examinou a emenda nasceu de acordo entre os partidos políticos. Não foi votada a tempo porque sindicalistas impediram os trabalhos na comissão especial e começaram a pressionar pela revisão do acordo e reabertura das discussões sobre o projeto.

Reforma administrativa — Tam-

bém segue em ritmo lento, mas constante. A previsão é de que seja votada pela comissão especial da Câmara até o final de fevereiro ou início de março. Também não há muita polêmica em torno do projeto. As questões principais já foram resolvidas na Comissão de Constituição e Justiça.

Reforma tributária — Esta emenda constitucional está emperrada. Embora em tramitação e com relator trabalhando — o deputado Mussa Demes (PFL-PI) —, poucos se lembram de que funciona. Para complicar a situação, mais de 20 projetos de senadores e deputados foram juntados a ela.

Edivaldo Ferreira/AE